



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DAS SESSÕES

ATA Nº 52 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998
- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA -

PLENÁRIO

APROVADA EM.....DEDE 1998
PUBLICADA EMDE.....DE 1998

ATA Nº 52, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998
 (Sessão Extraordinária do Plenário)

Presidência do Ministro Homero dos Santos
 Repr. do Ministério Público: Dr. Walton Alencar Rodrigues, Procurador-Geral
 Secretário-Geral das Sessões: Dr. Eugênio Lisboa Vilar de Melo

O Presidente, Ministro Homero dos Santos, declarou aberta, às onze horas, a Sessão Extraordinária do Tribunal de Contas da União (Lei Orgânica do TCU, artigo 1º, inciso XI; e Regimento Interno, artigos 1º, inciso XVII, 29, 32, inciso I, 35 e 92).

Convidou para compor a Mesa o Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Ministro de Estado da Justiça, representando o Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso; o Exmo. Sr. Deputado Federal Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados; o Exmo. Sr. Ministro Celso de Mello, Presidente do Supremo Tribunal Federal; o Exmo. Sr. Professor Cristovam Buarque, Governador do Distrito Federal; o Exmo. Sr. Walton Alencar Rodrigues, Procurador-Geral junto a este Tribunal e o Sr. Eugênio Lisboa Vilar de Melo, Secretário-Geral das Sessões.

Registrou a presença dos Ministros Adhemar Paladini Ghisi, Carlos Átila Álvares da Silva, Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, Iram Saraiva, Humberto Guimarães Souto e Valmir Campelo, dos Ministros-Substitutos José Antonio Barreto de Macedo e Lincoln Magalhães da Rocha e do Auditor Benjamin Zymler, do Representante do Ministério Público, Dr. Walton Alencar Rodrigues, Procurador-Geral, havendo, ainda, registrado a ausência do Ministro Bento José Bugarin, em virtude do falecimento, ontem, de sua genitora.

Assinalou, também, que haviam comparecido -- e, a convite da Presidência, ocuparam lugar na bancada de reunião, ao lado dos demais Ministros -- os Ministros aposentados João Baptista Ramos, Arnaldo da Costa Prieto, Luiz Octavio Gallotti, Guido Fernando Mondin, Vidal da Fontoura, Ewald Sizenando Pinheiro, Luciano Brandão Alves de Souza, Paulo Affonso Martins de Oliveira, bem como o Procurador, Francisco de Salles Mourão Branco.

Registrou, finalmente, a presença dos Subprocuradores-Gerais, Drs. Lucas Rocha Furtado, Paulo Soares Bugarin e dos Procuradores, Dr^{as}. Maria Alzira Ferreira e Cristina Machado da Costa e Silva.

Comunicou que a Sessão Extraordinária convocada, nos termos regimentais, destinava-se à cerimônia de posse, em Plenário, dos eleitos, na Sessão Ordinária realizada em 02 de dezembro corrente, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, para o ano civil de 1999.

Em seguida, o Presidente, Ministro Homero dos Santos, convidou o Ministro Iram Saraiva, para prestar o seu compromisso regimental.

Por indicação da Presidência o Secretário-Geral das Sessões, Dr. Eugênio Lisboa Vilar de Melo, procedeu à leitura do termo - lavrado na forma prevista no artigo 93 do Regimento Interno - de posse do Presidente eleito, para o ano civil de 1999.

E, após essa leitura, ao apor a sua assinatura, solicitou ao Secretário-Geral das Sessões que colhesse a assinatura do Ministro Iram Saraiva, no termo de posse.

Solicitou, a seguir, ao Secretário-Geral das Sessões que procedesse à leitura do termo -- lavrado, na forma regimental -- de posse do Vice-Presidente eleito, para o ano civil de 1999.

E, após essa leitura, ao apor a sua assinatura, solicitou ao Secretário-Geral das Sessões, que colhesse a assinatura do Ministro Humberto Guimarães Souto, no termo de posse.

Em prosseguimento, concedeu a palavra: 1º) ao Ministro Valmir Campelo que, como orador designado pela Presidência, saudou, em nome de todos os seus Pares, os Ministros Iram Saraiva e Humberto Guimarães Souto, recém-empossados, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Tribunal, para o ano civil de 1999; 2º) ao Procurador-Geral, Dr. Walton Alencar Rodrigues, que se manifestou pelo Ministério Público junto ao Tribunal; e 3º) ao Ministro Iram Saraiva, que se expressou em seu nome pessoal e pelo Ministro Humberto Guimarães Souto (v. os respectivos textos em Anexo Único a esta Ata).

Em conclusão, manifestou-se o Presidente, Ministro Homero dos Santos (v. teor no mesmo Anexo Único desta Ata).

ENCERRAMENTO

Ao agradecer às autoridades, presentes e representadas, e as Senhoras e Senhores que haviam prestigiado o Tribunal com a sua presença, o Presidente convidou a todos a se dirigirem ao Salão Nobre da Casa para os cumprimentos de estilo, havendo assinalado que no dia 20 de janeiro de 1.999, quarta-feira, às 14:30 horas, será realizada Sessão Inaugural das atividades do T.C.U., no exercício de 1.999, para a qual convidou o Ministro Bento José Bugarin para ser o orador, em nome do Tribunal, e a seguir será realizada Sessão Ordinária do Plenário, destinada ao exame de processos incluídos em Pauta.

Para constar, eu, Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos, Secretária do Plenário, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente do Tribunal, tendo, na oportunidade, recebido dos Exmos. Srs. Ministros Iram Saraiva e Humberto Guimarães Souto cópia das respectivas declarações de bens e rendimentos, devidamente atualizadas, apresentadas à Secretaria da Receita Federal, para serem encaminhadas à 5ª Secretaria de Controle Externo, para os fins previstos na Lei nº 8.730/93 e à vista do disposto na Instrução Normativa nº 005/94-TCU.

Elenir T. G. dos Santos
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Secretária do Plenário

Aprovada em 22 de dezembro de 1.998



HOMERO SANTOS
Presidente

ANEXO ÚNICO DA ATA Nº 52, DE 16-12-1998
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Palavras proferidas, na Sessão Extraordinária do Plenário realizada em 16 de dezembro de 1998, quando tomaram posse os Ministros Iram Saraiva e Humberto Guimarães Souto, nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, para o ano civil de 1999, respectivamente, para os quais foram eleitos a Sessão Ordinária realizada em 02 de dezembro do mesmo mês:

- a) pelo Ministro Valmir Campelo, em saudação, em nome de todo o Tribunal, aos Ministros recém-empossados:
- b) pelo Procurador-Geral, Dr. Walton Alencar Rodrigues, pelo Ministério Público junto ao Tribunal;
- c) pelo Ministro Iram Saraiva, em seu nome pessoal e do Ministro Humberto Guimarães Souto; e
- d) pelo Presidente, Ministro Homero dos Santos.

Senhoras e senhores:

É com muita honra que me desincumbo da missão de saudar os novos presidente e vice-presidente desta Corte, ministros Iram Saraiva e Humberto Souto. Mais que afinidades pessoais, temos trajetória profissional assemelhada. Os três aqui chegamos depois de trilhar por anos a fio os difíceis e fascinantes caminhos da política partidária, desempenhando sucessivos mandatos no Congresso Nacional.

A presença de tantas autoridades ilustres nesta solenidade dá a dimensão da importância que esta Corte centenária possui no cenário institucional brasileiro. Em nome de meus colegas, agradeço a distinção, que aumenta nossa visibilidade pública e as responsabilidades daí advindas.

A vivência política, pela proximidade que estabelece junto ao povo, pelo que nos transmite de sua vivência e sofrimento, é um referencial importante na formação do homem público. Transmite a consciência das injustiças sociais e nos compromete com as transformações necessárias.

A particularidade desta Corte de Contas, o que a distingue no conjunto das instituições do Estado, é exatamente a pluralidade de sua composição. Seus integrantes são recrutados em instâncias técnicas, administrativas e políticas do Estado. Essa diversidade de formações permite que experiências importantes se somem em prol do interesse público.

Também política é a formação do presidente cujo mandato se encerra, ministro Homero Santos. Também ele, antes de aqui chegar, percorreu os caminhos da política partidária e exerceu sucessivos mandatos na Câmara dos Deputados. Cada um de nós, quando aqui chegou, trouxe indagações íntimas a respeito dos desafios de exercer missões tão distintas. Haveria conflitos insolúveis na transposição do papel de político para o de juiz?

A indagação é pertinente. Enquanto na vida político-partidária, a parcialidade, o engajamento, a paixão são inevitáveis, na magistratura as demandas são outras. Julgar exige distanciamento crítico, serenidade, profundidade analítica.

Vivi, quando aqui cheguei, esse conflito existencial. Rapidamente, porém, constatei que são experiências complementares. A vivência política, sobretudo aquela temperada pelo exercício de mandatos no Congresso Nacional, nos transmite conhecimento multidisciplinar da realidade.

O Congresso Nacional, disse-o no meu discurso de posse, é uma escola de sabedoria. Lá, somos instados a permanente reciclagem. Convivemos com os mais variados tipos de pressão - desde a pressão espontânea das ruas, até a pressão dos grupos sociais mais organizados, sem esquecer a pressão crítica dos meios de comunicação.

Essa experiência nos permite aguçar o senso crítico a respeito dos processos administrativos e a colocar o interesse público acima de todos os outros. Uma das missões fundamentais do Legislativo é fiscalizar a administração pública, os governantes.

Sendo o Tribunal de Contas da União, por destinação institucional, guardião da economia pública e órgão que auxilia o Poder Legislativo, é fora de dúvida que a experiência parlamentar encontra aqui amplo espaço para desenvolver-se, aprofundar-se.

Daí porque o conflito existencial que mencionei, entre o político e o magistrado, desfaz-se já no exame preliminar das tarefas desta Corte de Contas. Considero, pois, de grande valia, neste momento de tantos desafios conjunturais, que a presidência e a vice-presidência desta Corte continuem a contar com a sabedoria de ex-parlamentares.

Quero aqui louvar a gestão do ministro Homero Santos, de cuja amizade me sinto honrado. Os dois anos de sua presidência neste Tribunal foram marcados por profícua ação modernizadora, que incorporou novas tecnologias ao processo gerencial desta instituição, impondo-lhe padrões de excelência administrativa.

Louvo-lhe também - e sobretudo - a obstinada defesa do interesse público, o intransigente empenho em produzir justiça. Trata-se de homem público inteiramente dedicado à missão de servir, que conhece como poucos as atribuições desta instituição, a que vem dedicando a experiência acumulada em tantos anos de militância parlamentar.

Sucedê-lo não é tarefa fácil, mas estou certo de que os nomes de Iram Saraiva e Humberto Souto estão à altura da missão. Do ministro Iram Saraiva, advogado, jornalista e professor, destaco o seu currículo. Formado em História, em 1970, e em Direito, em 1972, pela Universidade Federal de Goiás, atuou como professor na Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas e em diversos educandários da capital goiana. Exerceu, até 1984, a advocacia, construindo uma das carreiras mais brilhantes nas lides jurídicas de seu Estado. Paralelamente, militou como jornalista, na imprensa escrita e falada de Goiás, destacando-se como brilhante editorialista.

Ingressou na política em 1973, elegendo-se vereador por Goiânia, sua cidade natal. Dois anos depois, elegia-se deputado estadual, e daí por diante galgou sucessivamente os demais degraus da carreira parlamentar: em 1979, elegeu-se deputado federal e, em 1983, senador da República.

Na Câmara dos Deputados, marcou sua atuação pela apresentação de propostas de profundo conteúdo social e de intransigente defesa do Estado de Direito democrático. Estava o país às vésperas da anistia, com a sociedade civil mobilizada em defesa do restabelecimento das franquias democráticas, simbolizadas na célebre campanha das diretas já. Iram Saraiva participou intensamente daqueles acontecimentos, firmando reputação de democrata e de crítico do autoritarismo.

Em seu mandato seguinte, como senador, viveu um dos períodos mais ricos da história contemporânea do país. Tive a honra, como deputado eleito por Brasília, de tê-lo como colega de Assembléia Nacional Constituinte. Foi um dos mais atuantes membros daquela Assembléia, participando obstinadamente de todas as suas discussões, dando-lhe a inestimável contribuição de seu talento e experiência.

Entre 1989 e 1990, ocupou a Primeira Vice-Presidência do Senado, quando lhe coube, entre outras, a difícil tarefa de presidir a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou responsabilidades em torno do acidente com a cápsula de Césio 137, em Goiânia, em 1987.

Indicado para o Tribunal de Contas da União em agosto de 1994, chega agora à Presidência desta Corte ciente do papel estratégico que a instituição tem a desempenhar neste momento de profundas transformações na vida política e econômica do país.

A remodelagem do Estado brasileiro, submetido a um profundo processo de transformações estruturais, destinadas a ajustá-lo à nova ordem econômica internacional, exige todas as atenções dos homens públicos e da sociedade civil organizada. É um momento delicado, em que as decisões precisam ser criteriosamente pesadas e discutidas, pois não de determinar o país que teremos pelas próximas gerações.

Nesse processo, o Tribunal tem papel estratégico a desempenhar, como uma das mais importantes cidadelas de defesa da economia popular. Mais do que nunca, o papel da Corte de Contas adquire realce. O TCU é guardião da economia pública, organização sistêmica que se articula com todos os Poderes da República, desempenhando a missão fundamental de detectar irregularidades nas contas públicas e atribuir as respectivas responsabilidades.

Neste momento em que o país faz profundo ajuste em sua economia, e em que a população é mais uma vez chamada ao sacrifício, cabe-nos redobrar a vigilância, fazendo valer a experiência acumulada, a sensibilidade temperada em tantos anos de vida pública.

Não tenho dúvida da capacidade do ministro Iram Saraiva para enfrentar essa missão. E não tenho dúvida também do seu vice-presidente. O ministro Humberto Souto, possui

pl

igualmente denso currículo de homem público. Começou sua carreira como vereador em sua cidade natal, Montes Claros, Minas Gerais, nos idos de 1962. Exerceu sucessivos mandatos na Câmara Municipal até 1974, quando se elegeu deputado federal.

É, portanto, uma liderança moldada na base, com intensa atuação no âmbito municipal. Na Câmara dos Deputados, destacou-se no exercício de cargos importantes, em cinco mandatos consecutivos, interrompendo sua sexta recondução para integrar esta Corte.

Bacharel em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, Humberto Souto foi Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Líder do Governo, tendo presidido diversas comissões técnicas no curso de seus mandatos. Tem, portanto, perfil à altura do desafio presente.

E é desse desafio que passo agora a falar. A Constituição de 1988, como se sabe, ampliou as competências do TCU, tendo em vista o objetivo maior de possibilitar o controle social sobre o Poder Público. Dentre os desafios que aguardam os novos Presidente e Vice-Presidente - e que vinham sendo enfrentados com competência, probidade e obstinação pela direção que ora se despede -, resumo aqui alguns:

- ❖ impulsionar a racionalização e a eficiência dos gastos públicos, assim como a efetividade das ações governamentais, mediante avaliação segura desses gastos e do desempenho do governo na execução das leis orçamentárias;
- ❖ combater decisivamente a corrupção, evitando a impunidade dos maus gestores de recursos públicos, contribuindo, dessa forma, para a tão almejada e necessária austeridade e moralidade na administração pública;
- ❖ acompanhar e fiscalizar a execução dos planos e programas governamentais, atuando previamente como fator de inibição das ações lesivas ao patrimônio público, diante da possibilidade de punição severa do infrator;
- ❖ efetivar o ressarcimento dos prejuízos e dos valores eventualmente subtraídos ao Erário, mediante desfalques, desvios e outras práticas lesivas;
- ❖ executar, sempre que necessário, o poder de aplicar punição exemplar aos responsáveis condenados.

Com esta singela saudação, quero reafirmar, em meu nome e no dos demais ministros, auditores, representantes do Ministério Público, secretários, diretores, assessores e funcionários, o compromisso de integral lealdade e colaboração. Peço a Deus que ilumine todos nós, concedendo-nos serenidade e discernimento para dar seqüência ao cumprimento desta missão de, por meio do Tribunal de Contas da União, servir ao povo brasileiro.

Muito obrigado.


VALMIR CAMPELO
Ministro

É com elevado sentimento de satisfação que, na qualidade de Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, saúdo os Ministros Iram de Almeida Saraiva e Humberto Guimarães Souto, nesta ocasião solene em que, eleitos pela unanimidade dos votos de seus pares, tomam posse na Presidência e na Vice-presidência desta Corte Colenda e passam a exercer os seus elevados e nobilíssimos misteres.

Poucos, pouquíssimos, Sr. Presidente, são os homens públicos que, como os Ministros Iram Saraiva e Humberto Souto, após atingir o pináculo de carreiras políticas bem-sucedidas, podem justamente se envaidecer de manter juntos o senso de amor à coisa pública e a sobriedade no exercício do cargo, a seriedade nos muitos afazeres cotidianos e a cordialidade no trato.

Terão, agora, S. Exas., a oportunidade de contemplar, mais uma vez, o quão difícil é levar a termo o rol amplíssimo de competências constitucionais fiscalizatórias incumbidas a esta Corte; o quão difícil é fiscalizar, sem ofender; o quão difícil é punir o mau administrador, na medida exato do dano, sem turbar a administração; o quão difícil é educar o administrador para bem administrar nos termos da Constituição e das leis do País.

O Ministro Iram Saraiva, goiano de nascimento e de coração, integra esta Corte desde o ano de 1994, depois de exercer, num crescendo, como tão bem demonstrou o nobre Ministro Valmir Campelo, as relevantes atribuições de professor de variadas disciplinas, e os cargos de vereador, deputado estadual, deputado federal, senador e Ministro. As vitórias muitas, em eleições sucessivas, comprovaram-lhe o aguçado senso de política, e a fidelidade de seus eleitores, o de justiça, no desempenho dos vários mandatos eletivos com que houve por bem, o povo de Goiás, agraciá-lo.

Tenho a honra de compartilhar com o Ministro Iram Saraiva origens goianas comuns, o que o faz ainda mais merecedor de minha especial atenção, por enaltecer tanto o Estado de Goiás, pela posição que ocupa no cenário federal e pelo trabalho que realiza e realizou no âmbito desta Corte, e em todas as importantes instituições a que pertenceu.

O Ministro Iram Saraiva tem, ao longo dos anos, merecido os aplausos dos que, como eu, acompanham-lhe a carreira notável e com ele convivem, no cenário deste Tribunal, verificando e também aprendendo a forma simples, experiente e não menos segura, com que elabora os seus escritos de literato, e relata e julga os muitos processos de sua jurisdição abrangente.

Muito além dos conhecimentos técnicos necessários à gestão de uma Corte complexa, cuja competência foi marcadamente ampliada pelo constituinte de 1988, o Ministro Iram Saraiva ostenta uma percepção profunda da realidade brasileira que somente se pode creditar a quem bem exerceu vários cargos públicos e conviveu, de perto, com uma realidade nacional que subjaz aos limites das atividades deste Tribunal. É exatamente por isto, Ministro Iram Saraiva, que V. Exa. tem granjeado o nosso respeito e admiração.

Nesta ocasião que ainda se faz mais solene pelo ilustrado das presenças, gostaria também de cumprimentar sua esposa, Maria Aparecida Silveira Saraiva, e seus três filhos, Iram, Glauce e Milena de Almeida Saraiva, formados em direito pela Universidade de Brasília, que já se estão a lançar nas mesmas sendas jurídicas e políticas trilhadas pelo pai exemplar.

Agora, Sr. Presidente, referir-me ao nosso dileto Vice-Presidente, Ministro Humberto Souto, é referir-me a uma pessoa positivamente singular. O Ministro Humberto Souto chamou-me a atenção, neste Tribunal, desde logo após a sua posse, pela inteligência marcante, dedicação exemplar ao cargo, e maneiras ardentes, diretas, francas, com que debatia todos os assuntos sujeitos à jurisdição desta Corte.

Logo por detrás da franqueza das maneiras, estava sempre o jurista dedicado e o leitor atento dos processos que julgava, e o estudioso arguto das leis, a cuja aplicação passara a devotar-se inteiramente, com toda a sua inteligência e vontade. Orgulha-se, esta Corte, do político hábil, que trocou os seus votos muitos e fiéis da saudosa e bela região de Montes Claros pelas veste togais de magistrado vocacionado ao controle da administração pública, na forma das leis e da Constituição do País.

Mas, na verdade, Sr. Presidente, o que me dirigiu a atenção para o Ministro Humberto Souto não foi a inteligência abundante de S. Exa., talhada pela lides várias do Congresso, nem sua capacidade de debatedor perspicaz, habilidoso, preparado, respeitado, reconhecido, mas, sim – cumpre que eu aqui o diga – foi o seu devotado amor monacal ao interesse público e à coisa pública, reconhecido, admirado e aplaudido por todos nós que aqui, nesta Casa, laboramos.

O Ministro Souto julga e age imbuído de um sentido nobilíssimo de coisa pública e de interesse público que engrandece esta Corte e orgulha o País, demonstrando largos conhecimento jurídicos, de finanças públicas e de administração que o tornam extremamente apto ao exercício do cargo de Vice-presidente e de próximo Presidente deste Tribunal de Contas da União.

Receba a sua nobre esposa, Dna. Maria Feliciano de Abreu Souto, e as suas filhas, advogadas, Junia e Maria Tereza, e Emily, e seu filho, Américo Souto Neto, os nossos parabéns, pela ocasião consagrada de uma bela carreira.

Não poderia também, Sr. Presidente, nesta hora feliz conagração, deixar de agradecer, muito especialmente, a V. Exa. pela atenção dedicada ao Ministério Público e de também, muito especialmente, cumprimentá-lo, Ministro Homero Santos, pela relevância e seriedade da gestão que se finda, consagrada pelas várias realizações institucionais importantes.

Com toda a certeza, Sr. Presidente, nesta presidência, a exemplo da anterior, do Eminentíssimo Ministro Marcus Vilela, assentaram-se mais alguns tijolos na obra nunca acabada da história deste Tribunal centenário, no qual V. Exa. ocupará, pela sua fidalguia, descortino e patriotismo, lugar sempre eminente.

Não precisaria dizer, Ministro Homero Santos, e digo muito menos do que seria merecido, que com V. Exa. tenho aprendido e mais procurado aprender lições e exemplos veementes de grandeza humana, uma como timbre pessoal que V. Exa. imprime como

Tribunal de Contas da União
Gabinete do Procurador-Geral

Elenir
Plenar. T. G. Santos
Secretária do Plenário

poucos, em todos os seus gestos, de todos os dias e granjeia-lhe as amizades verdadeiras e inumeráveis com que sabem, V. Exa. e Dna. Marta, podem sempre contar.

Parabéns, Ministro Homero Santos, e aos novos Presidente, Ministro Iram Saraiva e Dna. Maria Aparecida, e Vice-Presidente, Ministro Humberto Souto e Dna. Maria Feliciano. Desejo-lhes todo o sucesso na gestão que se afigura próspera e, a todos os presentes um felicíssimo natal e excelente ano novo. Muito obrigado.

Brasília-DF, 16 de Dezembro de 1998.

Walton A. Rodrigues
Walton Alencar Rodrigues
Procurador-Geral

EXMO. SENHOR MINISTRO-PRESIDENTE HOMERO SANTOS

EXMO. SENHOR MINISTRO RENAN CALHEIROS, REPRESENTANDO O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

EXMO. SENHOR DEPUTADO MICHEL TEMER – PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

EXMO. SENHOR MINISTRO JOSÉ CELSO DE MELLO FILHO – PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

EXMO. SR. CRISTÓVAM BUARQUE HOLANDA GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

EXMO. SR. WALTON ALENCAR RODRIGUES PROCURADOR-GERAL JUNTO A ESTE TRIBUNAL

Fui apresentado ao Tribunal de Contas da União como homem público. Portanto, produto das ruas e das praças. Há exatos quatro anos e cinco meses, deixei a tribuna parlamentar do Senado, onde representei Goiás, para folhear os processos de auditorias, inspeções, tomadas e prestações de contas, mantendo dentro de mim as mesmas intenções: defender os direitos do povo.

O Parlamento é o sopro da vida democrática. O Tribunal de Contas da União o conduziu desse ar de liberdade por onde passa a coação legal que ameaça os maus gestores da coisa pública. Estou em casa. Em nada os meus princípios foram violentados. Aqui, Ministros, Ministério Público e corpo técnico têm, na epiderme, a sensibilidade de como resguardar o erário. Não poderia eu, um filho da vontade popular, estar em lugar melhor. Encontrei campo propício para semear idéias que ainda guardei no embornal do cérebro, depois de plantações que fiz nas casas legislativas.

Se achei no TCU solo fértil para as sementes do ideal, nem tudo são flores. Vivemos crises que nos fazem lembrar épocas de espigas chochas e vacas magras. São celeiros e currais vazios a darem a impressão de que logo, logo, a despensa sofrerá os reflexos da escassez. Até os ratos, parece, não querem mais ficar no paiol. Mas, também, depois de ajudarem a acabar com quase tudo, o melhor é procurar outros mundos.

Cortes no Orçamento da União, poucos servidores para as enormes atribuições, salários defasados (há mais de quatro anos, os valores são os mesmos) e necessidade de correções de rumos, põem o Tribunal fora do seu eixo. Sobrevivendo às angústias que afetam a administração, em todos os níveis e poderes, também foi oferecido em holocausto para salvar a pátria. Erro grosseiro, porque sabemos que o ataque deveria ser às renúncias de receitas, às políticas públicas mal definidas, à sonegação institucionalizada, aos assaltos à previdência, às obras inacabadas e às que não justificam as suas construções. É muito cômodo colocar o servidor público e a estrutura de que ele precisa como vilões de todos os déficits governamentais.

Estou pronto para tomar o líquido amargo dos dias difíceis. Não pedirei para que “passe de mim este cálice”, porque, na minha existência pública, sempre fui colocado cara

a cara com os desafios: esmurrei muitas vezes as dificuldades e elas, em outras tantas, tentaram me derrubar. Não hesitarei em colocar o dedo na ferida. Poderei, nobres pares, propor cortes em nossa própria carne. Se o fizer, será para manter a liturgia da Casa centenária, sem arranhões. O Tribunal de Contas da União atravessou todos os governos autoritários que usurparam o poder no Brasil e não teve suas colunas batidas, em épocas, inclusive, em que o Judiciário e o Legislativo foram fechados. Qualquer sacrifício terá o cunho didático: quem fiscaliza dando o exemplo a quem é fiscalizado.

Sendo, os Senhores Ministros, o corpo técnico e o Ministério Público junto ao Tribunal, a "Falange Macedônica", à maneira de Alexandre, assumo a Presidência.

A sociedade, com todo o direito, nos cobra resultados. Exijamos, pois, dos poderes e de todos que nos devem explicações contábeis, financeiras, orçamentárias, patrimoniais e operacionais (dentro dos limites da Constituição), a rápida e exata resposta. O controle só é eficaz enquanto perdura o flagrante, ou seja, todos os agentes e peças ainda no mundo. Do contrário, é assunto para a arqueologia. Os frutos já perderam o valor. E como cuidamos dos recursos, atrasar é corroer o dinheiro e prejudicar a coletividade.

Os planos de trabalho não se encerram em um só programa. Antes, eles devem ser vários e sem a rigidez das coisas que não devem ser mudadas. Como exemplo, o universo vem mudando com tanta rapidez que só os computadores seguem o ritmo. Ou seriam eles o próprio ritmo?

Os servidores, quero-os como aliados, pois são a vida do Controle Externo. No meu pacto, passa a luta pela aprovação, no Congresso, do plano de carreira para este Tribunal.

A confiança que me é atribuída alcança o honrado Ministro Humberto Souto. Amigo desde o Congresso Nacional, por certo, na Vice-presidência da Corte, será tão brilhante como o é nas decisões e acórdãos.

Vi, nas palavras do Ministro Valmir Campelo e do Dr. Walton Alencar Rodrigues, que são benevolentes retratistas. Da minha opaca imagem, fizeram um belo e colorido retrato. Em muito aumentaram a minha responsabilidade.

Senhor Ministro Homero Santos, presidir é combater. Vossa Excelência combateu o bom combate. Mineiro jeitoso e bom, glorificou as Gerais.

Para chegar ao Tribunal de Contas da União, não saí do Planalto Central. Na terra do meu nascimento, o Rio é Quente, a Serra é Dourada e as águas do Araguaia têm, às margens, praias que iguais nunca vi. Cerrado de gabioba, jaboticaba, manga e pamonha de milho verde. Somos um povo alegre, porque, em nossas terras, Brasília veio residir. Sou goiano do pé rachado, originário da Capital. Goiânia foi meu berço e de toda a minha descendência: Glauce, Iram Júnior e Milena. Filhos de Cida e netos de operários (o pai gostava de ser tratado assim), José Saraiva e Lucinda. A origem humilde me deixou marcas importantes: vontade de trabalhar, necessidade de acertar e a esperança de que, no fim, tudo vai dar certo. Vim para construir.

Obrigado.


IRAM SARAIVA

Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,
Senhoras e Senhores,

Registro, em primeiro lugar, com muita emoção, meus sinceros agradecimentos pelas generosas referências com as quais fui distinguido nos pronunciamentos anteriores. Peço permissão para partilhá-las com os ilustres membros deste Colegiado e do Ministério Público, dos quais recebi, nesses últimos dois anos, incondicional apoio e preciosas contribuições, e com a diligente e laboriosa equipe de servidores do Tribunal de Contas da União que sempre, em situações muitas vezes adversas, demonstram ser movidos pelo mais alto espírito público no desempenho de suas atribuições funcionais. À comunidade Tribunal de Contas da União, pois, minhas palavras de apreço e gratidão.

Autoridades presentes,
Eminentes colegas,

Estamos aqui reunidos, mais uma vez, curvando-nos à saudável tradição de alternância de poder que sempre prevaleceu nesta instituição centenária. Abrimos as portas desta Casa para autoridades, servidores e amigos com o intuito de saudar os novos dirigentes máximos de nossa Corte. Assumem a direção deste Tribunal, por merecida escolha de seus pares, os Excelentíssimos Senhores Ministros Iram de Almeida Saraiva, como Presidente, e Humberto Guimarães Souto, como Vice-Presidente.

Prezado Ministro Iram, sua brilhante trajetória de vida pública e sua atuação destacada como membro deste Colegiado revelam, inegavelmente, que não lhe faltam atributos que o credenciem para o exercício de tão importante tarefa. Registro, em especial, o extremo profissionalismo e dedicação demonstrados durante o período em que contei com sua prestimosa colaboração como Vice-Presidente, em substituição ao dileto companheiro Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira, cuja aposentadoria deu-se em 1997. Passo o bastão, caro amigo, com júbilo, convicto que estou dos efeitos saudáveis do contínuo processo de renovação para as organizações modernas e confiante no sucesso da futura Presidência sob sua condução.

Ao Eminentíssimo Ministro Humberto Souto, homem público de reconhecido dinamismo e competência, dirijo também meus votos de êxito nesta empreitada que se inicia. Difícil conter a satisfação de ver o ilustre colega e conterrâneo guindado ao dignificante cargo de Vice-Presidente, continuando na esteira de uma brilhante atuação como membro deste Colegiado.

A ocasião é de festa, de celebração. Impõe-se, todavia, alertar para a necessidade de coesão da sociedade civil ante as dificuldades pelas quais ora passamos. Todos temos uma contribuição a dar para a manutenção da estabilidade econômica e social do país. A onda de turbulência nos mercados financeiros não poupa economias nacionais em nenhuma região do globo, provocando abalos estruturais de dimensões muitas vezes incalculáveis.

Nesse contexto, ganha relevância o papel das Entidades Fiscalizadoras Superiores, organismos incumbidos da auditoria governamental que se fazem presentes na estrutura de praticamente todas as sociedades modernas. É sintomática a constatação de que temas relativos a regimes de controle ocupam espaço cada vez maior na agenda internacional. De fato, desvios de recursos associados a atos de corrupção e desperdício de fundos públicos configuram ameaça crescente aos interesses transnacionais. Há consenso de que a fragilidade dos mecanismos de controle favorece a má gestão da coisa pública e a desorganização financeira.

No Brasil, particularmente, se maiores sacrifícios são exigidos à Sociedade, neste momento, há que se exigir, também, ainda maior controle e correção no emprego dos recursos públicos. O TCU, consciente de sua missão constitucional, não tem se furtado a atuar, de forma incisiva e eficiente, no sentido de contribuir para a transparência, a eficácia e o aperfeiçoamento da Administração Pública Federal.

Este é o papel que nos cabe, dentro do sistema de pesos e contrapesos que permite a convivência harmoniosa de nossas instituições democráticas. Aqui, diante de alguns dos mais expressivos representantes dos poderes da República, lembro o pensamento iluminado do Barão de Montesquieu, que já preconizava, no século XVIII, em sua reflexão sobre o exercício do poder, a necessidade de dotar o povo, ou seus representantes, do *"poder de impedir"*, ou seja, de exercer o controle sobre os gastos públicos. Dentro desse espírito, o controle externo, atribuição inerente ao Poder Legislativo e desempenhada com o auxílio do Tribunal de Contas da União, constitui o mecanismo, por excelência, de prestação de contas à sociedade da gestão da coisa pública. É nesse sentido que, em reiteradas ocasiões, tenho defendido o contínuo estreitamento das relações entre o TCU e o Congresso Nacional, vez que as atribuições conjuntas que a Constituição nos outorgou são complexas, árduas e vitais para a manutenção da democracia.

Ao deixar a Presidência desta Casa, sou tomado por diferentes emoções: ao mesmo tempo em que sinto o orgulho do dever cumprido, reconheço que há muito ainda que se fazer pelo fortalecimento de nossa Instituição e do controle externo. Acredito, entretanto, que dentro das limitações impostas pelas circunstâncias, caminhamos firmemente no sentido de buscar, sempre, a consolidação desse nobre desiderato.

Nos últimos dois anos, dediquei-me a coordenar uma dedicada equipe visando cumprir os objetivos delineados no início do meu mandato. Várias foram as ações desenvolvidas nesse período, sempre orientadas à modernização do TCU e à melhoria dos serviços prestados à sociedade. Buscamos prover as unidades técnicas, localizadas nos estados e na sede, de instalações condizentes com suas reais necessidades. Incentivamos a intensificação de ações de treinamento e o intercâmbio internacional. Apoiamos diversas iniciativas visando à modernização institucional e à racionalização dos procedimentos administrativos.

Hoje, ao contemplar os resultados alcançados, vejo, com orgulho, que esse esforço foi plenamente recompensado: tivemos a satisfação de ver instaladas sete novas sedes (Alagoas, Amazonas, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Piauí e Sergipe); modernizadas e reaparelhadas outras quatro (Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo); bem como 20 unidades estaduais integradas em redes de computadores, com significativos ganhos de produtividade. Tudo isso sem comprometimento das obras de construção dos anexos da sede, em Brasília, entregues no início deste mês.

O TCU tem sempre procurado acompanhar as evoluções dos sistemas de controle em todo mundo, por meio de participação em organismos multilaterais e do estreitamento das relações bilaterais com outras Entidades Fiscalizadoras Superiores. Nesta administração, seguindo a tônica de gestões anteriores, houve avanços consideráveis nas atividades de intercâmbio internacional, redundando na assinatura de acordos e no incremento das atividades de capacitação de nossos funcionários no exterior. A reeleição do Tribunal para o Conselho Diretor da Intosai (Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores), ocorrida no último congresso da Instituição, em novembro, no Uruguai, bem reflete o reconhecimento da eficiente atuação do TCU na área internacional.

No âmbito administrativo interno, adotamos a estratégia de criação de Comitês e Grupos de Trabalho especiais, que se mostrou extremamente produtiva. Além de estimular a participação de autoridades e servidores desta Casa nas atividades afetas à mais alta esfera administrativa, formamos núcleos de excelência em áreas vitais para a atuação do Tribunal. Assim, ainda no primeiro ano, foram criados os Comitês Técnicos de Auxílio ao Congresso Nacional e de Informática. Já neste ano, foi instalado o Comitê de Relações Bilaterais.

No que concerne à área de informática, além da ampliação e interligação de redes, foi possível incorporar ao nosso sistema modernos equipamentos e “softwares”, o que nos permitiu desativar o computador de grande porte, obtendo, assim, uma economia mensal da ordem de R\$ 75.400,00. Foram adquiridos, nos últimos dois anos, 327 microcomputadores e 47 impressoras para atender às necessidades de nosso corpo técnico. Com isso, pudemos desenvolver diversos programas de apoio às atividades do Tribunal, que nos trouxeram significativos ganhos de qualidade e produtividade. Entre eles, merecem destaque: o GRH (Gestão de Recursos Humanos); o Processus (Gestão de Processos e Documentos); a atualização do Sistema Juris (Sistema de Jurisprudência); o SISDBR (Controle das declarações de bens e renda); o novo sistema de sorteio de Ministro relator; o PROAUD (automação dos procedimentos de auditoria); o SIDOC (elaboração de documentos eletrônicos) e o SISAC (Sistema de Avaliação de Atos de Admissão e Concessões).

O setor de treinamento, a cargo do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), mereceu especial atenção. Considero a criação da Escola Nacional e Internacional de Controle e Fiscalização (ENICEF) uma das mais importantes conquistas nessa área. Tal iniciativa significa uma especialização na política de capacitação até aqui implementada, com inegável competência, pelo ISC. Incumbe à ENICEF, no âmbito do Instituto, promover a educação continuada, em nível nacional e internacional, de auditores da gestão pública, com ênfase na fiscalização e controle, atividades fins deste Tribunal.

Almejando a otimização no emprego dos recursos humanos e materiais disponíveis, buscamos intensificar acordos de cooperação com instituições brasileiras e estrangeiras. Estimulamos, tanto quanto possível, a participação de servidores em eventos de treinamento no Brasil e no exterior, obtendo valiosos benefícios com o aprendizado de novas técnicas e a disseminação de conhecimentos.

Conscientes do importante papel pedagógico reservado a esta Corte, elaboramos e divulgamos o manual *Convênios - Principais Informações para Estados e Municípios*, objetivando orientar a prestação de contas de convênios federais, e a publicação *Auditorias do TCU em Repartições do MRE no Exterior*, destinada a contribuir para o aperfeiçoamento da execução de tarefas atinentes ao serviço externo brasileiro. Ainda nessa linha, buscamos dar maior transparência e divulgação às atividades de controle desenvolvidas nesta Corte. A assinatura de convênio com a TV Câmara dos Deputados, a terceirização dos trabalhos da Assessoria de Imprensa, bem como as inserções semanais no horário da Voz do Brasil, refletem parte os esforços realizados nesse sentido.

No plano interno, foram despendidos esforços significativos com vistas a simplificar e racionalizar as atividades de controle e fiscalização desenvolvidas pelo Tribunal. Nesse sentido, foram elaborados, no âmbito da diligente Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX), os seguintes manuais: Instrução de Processos de Tomada e Prestação de Contas; Usuário - Órgãos Externos; Auditoria de Desempenho; Instrução de Processos de Tomada de Contas Especial; Estratégia de Auditoria de Sistemas; Orientação Técnica, contendo orientações sobre a instrução dos processos; e de Recursos. Ademais, perseguindo ainda o aperfeiçoamento dos trabalhos desta Corte, foram desenvolvidos nove PAs (Procedimentos de Auditoria), instrumentos fundamentais para os trabalhos de campo de nossos analistas, e diversos formulários e roteiros.

Mas o Tribunal não é apenas uma Casa de Contas, é Casa de Gente, de um corpo funcional valioso, seres humanos com suas incontáveis peculiaridades, compostos da matéria-prima dos sentimentos, dos sonhos. Sensível a essa realidade, voltamos sempre um olhar compreensivo para outros aspectos essenciais da Administração, que valorizassem a dimensão humana. Tal foi a motivação que nos levou a apoiar algumas iniciativas como, entre outras, a criação do Coral do TCU, que enche de música e alegria as nossas cerimônias; a concessão de distintivos a funcionários detentores de função comissionada, e de distintivos de tempo de serviço aos servidores já aposentados; a construção da nova sede social da AFTCU e os torneios

de futebol; a construção da Praça do Servidor, justa homenagem aos responsáveis pela grandeza de nossa Instituição; a reforma do gabinete dentário na Sede; a Campanha Nordestino Irmão, que arrecadou mais de 16 toneladas de alimentos em doações para os flagelados do Nordeste.

Não pretendo me estender em pormenores sobre as atividades desenvolvidas nesses últimos dois anos, mesmo porque o Plenário as acompanhou de perto. Ademais, essas informações estarão sempre disponíveis nos Relatórios de Atividades dos exercícios de 1997 e de 1998, este último a ser enviado brevemente ao Congresso Nacional.

Gostaria, tão-somente, nesta hora, de registrar, mais uma vez, o quanto me honra, senhores, ter presidido o Tribunal de Contas da União. Sou todo agradecimentos pelos mais variados gestos de colaboração que vieram de todas as partes. Aos meus eminentes pares, hipoteco minha gratidão pelo valioso apoio recebido. À Uberlândia, origem de tudo, vida, carreira política, terra de gente amiga e leal, fonte de energia de todas as horas, motivo de orgulho e admiração, meus sinceros agradecimentos. À Marta, esteio de nossa família, e a todos os meus, meu eterno reconhecimento e carinho incondicional.

São palavras de despedida, mas que descortinam também novos desafios e alimentam os sonhos. São recomeços que vislumbro. Peço ao bom Deus que ilumine os Ministros Iram Saraiva e Humberto Souto em suas novas atribuições.

A todos aqui presentes, autoridades, amigos e servidores, nosso muito obrigado pelo brilho que trouxeram a esta solenidade. Cumprimento, particularmente, os familiares dos novos dirigentes desta Corte: Dona Maria Aparecida Silveira Saraiva, Glauce, Milena e o Deputado Iram Júnior, esposa e filhos do Ministro Iram Saraiva, e Dona Maria Feliciano de Abreu Souto, Júnia, Maria Thereza, Américo e Emilly, esposa e filhos do Ministro Humberto Souto. O apoio familiar que pavimentou até aqui o brilhante caminho percorrido pelos nobres Ministros por certo será, agora, imprescindível ao pleno sucesso no exercício das relevantes funções nas quais são investidos.

Tenham todos um feliz Natal e um próspero Ano Novo, repleto de alegrias e realizações.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 16 de dezembro de 1998.



HOMERO SANTOS
Presidente